

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 255
Período: 30/06/07 a 06/07/07
GEDES – Brasil

- 1- Estados Unidos venderão helicópteros militares para o Brasil
- 2- Novos entraves para a retomada do projeto nuclear brasileiro
- 3- Insatisfação entre os controladores aéreos faz surgir temor de nova paralisação; Aeronáutica utiliza tenentes para a função
- 4- FAB prepara lançamento de foguete brasileiro
- 5- Governo de São Paulo proíbe venda de fardas
- 6- Pesquisador afirma que Estados Unidos planejaram ajudar a instauração do regime ditatorial brasileiro em 1964
- 7- Jornal espera iniciativa brasileira diante da desestabilização do equilíbrio militar regional por parte de Hugo Chávez
- 8- Exército enfrenta protestos contra as obras de transposição do Rio São Francisco

1 – Estados Unidos venderão helicópteros militares para o Brasil

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, no dia 29/06/07 a administração Bush anunciou ao Congresso norte-americano o plano de venda ao Brasil de seis helicópteros militares - modelo Black Hawks UH-60L - e equipamentos, os quais serão utilizados em ações de busca e resgate. A transação poderá chegar ao valor de 300 milhões de dólares. A Agência de Cooperação em Defesa e Segurança brasileira notificou que necessita desses helicópteros para a manutenção de seus compromissos civis e para uso da auto-defesa sem a dependência de outras nações. (*Folha de S. Paulo – Brasil - 30/06/07; Estado de S. Paulo – Nacional – 02/07/07*).

2 – Novos entraves para a retomada do projeto nuclear brasileiro

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério de Minas e Energia divulgou o Plano Nacional de Expansão de Energia, versão 2007-2016, que prevê que a usina nuclear Angra 3, cuja construção foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no dia 25/06/07, marcando a retomada do projeto nuclear brasileiro, ficará pronta em 2014. O documento, que foi elaborado, baseado em dados anteriores à decisão de instalar a usina, foi colocado em consulta pública. O governo espera que a versão final do plano preveja o início das operações em Angra 3 para 2013. Em entrevista cedida ao jornal *Estado de S. Paulo*, o Comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, disse estar animado com essa decisão do governo. O comandante ainda disse que o programa nuclear brasileiro é de longo prazo, devido à construção de centrífugas e da planta nuclear. Ainda afirmou que o projeto está em “estado vegetativo”, sendo que resta R\$1 bilhão durante cinco ou seis anos para entrar em funcionamento, porém em 2007, a Marinha só possui R\$ 60 milhões para tais gastos. Moura Neto falou que a maior necessidade do programa nuclear é o Brasil possuir uma tecnologia de enriquecimento de urânio estritamente nacional, para construir um reator e caso o governo queira construir no futuro

um submarino de propulsão nuclear. Um dos problemas previstos com a usina de Angra 3 seria o custo da energia produzida, que dos R\$138 o megawatt/hora, poderia chegar a R\$150, segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. Essa hipótese é corroborada pelo ex-secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, o físico José Goldemberg, para quem não seria surpresa o aumento do valor da eletricidade gerada pela nova usina, fato que comprovaria que o investimento em energia nuclear num país com tamanha vocação hídrica, como o Brasil, seria pouco rentável e ainda menos competitivo. Para o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, o programa nuclear seria necessário diversificar as fontes de energia nacionais e suprir a demanda que a energia hidrelétrica seria incapaz de fazer. Assim sendo, haveria uma lógica indicando que a contribuição nuclear seria indispensável no caso brasileiro. Concomitantemente, segundo noticiou o jornal *O Globo*, acidentes ocorridos em duas usinas nucleares alemãs aumentaram as pressões para que o governo alemão mantenha a decisão de abandonar a energia atômica, o que pode influenciar negativamente na retomada do acordo nuclear entre a Alemanha e o Brasil. Mesmo no governo alemão as opiniões sobre a conservação da cooperação entre os dois países são divergentes: representantes do Ministério do Meio Ambiente são favoráveis à manutenção do acordo somente nas áreas de energia renovável e do aumento da eficiência energética, já o Ministério da Economia defende a retomada do acordo nos moldes como foi firmado em 1975, que inclui a cooperação bilateral na construção de Angra 3. Sobre o acordo de 1975, documentos do Departamento de Estado dos EUA datados de 1973 e 1974 e liberados pelo governo norte-americano puderam expor a estratégia dos EUA para restringir os termos do acordo nuclear Brasil-Alemanha. Em síntese, a estratégia incluía espionagem e pressões, principalmente, sobre o governo alemão, a quem se exigia que, caso se mantivesse a parceria bilateral, continuasse a ter controle sobre a usina de enriquecimento, inclusive do ponto de vista político, pois havia a preocupação de que o Brasil viesse a dominar o ciclo completo do combustível nuclear, do qual se extrairia a capacidade de fabricação da bomba atômica. Com tais perspectivas de expansão de usinas nucleares, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou que o governo brasileiro pretende criar uma estatal que se responsabilizará pelos dejetos nucleares de baixa e média atividade. Embora seja antigo, o projeto deverá ser incluído no plano de ação 2007-2010 do Ministério de Ciência e Tecnologia. O assessor da presidência da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães garante que a iniciativa não acarretará aumentos no custo da energia nuclear. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/06/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 01/07/07; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/07/07; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/07/07; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/07/07; O Globo – Economia – 30/06/07*).

3 – Insatisfação entre os controladores aéreos faz surgir temor de nova paralisação; Aeronáutica utiliza tenentes para a função

De acordo com o jornal *O Globo*, descontentamentos entre os controladores aéreos, principalmente nos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) de Manaus e Brasília, poderão gerar novas

paralisações, segundo fontes da Aeronáutica. Se o Cindacta de Manaus parar, passageiros com destino ao exterior sofrerão com atrasos e perdas de conexão, mesmo que militares assumam o controle do tráfego aéreo. A categoria reclama das punições resultantes do Inquérito Policial Militar (IPM), o qual apurou os responsáveis pela greve do dia 30/03/07 e indiciou cerca de 26 controladores de Manaus, além de punir seis líderes do movimento em Brasília, número este que poderá aumentar para 14 após o fim do prazo pedido pelo comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, para novas diligências no IPM. Inclusive foi confirmada a prisão do presidente da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), Wellington Rodrigues por dez dias (a partir do dia 06/07/07), devido à entrevista que concedeu à imprensa sem a autorização do Comando, o que caracteriza insubordinação. A expulsão dos controladores foi decidida pela Aeronáutica, porém, a iniciativa agora depende do Ministério Público Militar (MPM). Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o IPM entregue no dia 04/07/07 à Auditoria da Justiça Militar propõe uma punição de quatro a oito anos de prisão por crime de motim, ou seja, os sargentos seriam expulsos, visto que, segundo a legislação, militares que tenham sido detidos por mais de dois anos são banidos da corporação; porém, antes da expulsão, ocorreria, de acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), cumprimento da pena em regime fechado. De acordo com *O Globo*, o Palácio do Planalto vem se convencendo de que a insurgência dos controladores de voo estaria diretamente ligada ao andamento das investigações em torno do acidente aéreo que vitimou 154 pessoas no país ocorrido em 2006 entre o Boeing da empresa Jera Gol e o jato americano Legacy. A análise é de que a cada vez em que as investigações e suas conclusões se aproximavam de responsabilizar os controladores, uma operação-padrão acontecia nos controles de voo e os atrasos nos aeroportos se agravavam. Em outras palavras, os controladores estariam tentando desviar o foco das suas responsabilidades na maior tragédia da aviação civil brasileira. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a comissão de inquérito da Aeronáutica que investiga o fatídico acidente concluiu que os pilotos do Legacy confundiram o transponder do jato com o rádio; ambos ficam na mesma “caixa” do painel de controle. Confirmando-se a confusão dos pilotos americanos, a questão do “buraco negro” no espaço aéreo brasileiro, apontada pelos controladores, será amenizada e o relatório final da comissão será antecipado. De acordo com Jânio de Freitas, jornalista da *Folha de S. Paulo*, na investigação do desastre a FAB lidou com problemas políticos mais do que técnicos. Freitas afirmou que o papel dos controladores envolveu diversos aspectos de credibilidade e o conceito da FAB de querer manter o exercício do controle do tráfego aéreo em suas mãos. No caderno *Opinião*, também da *Folha de S. Paulo*, a análise é a de que o governo federal é o maior responsável pela situação que vive a aviação civil brasileira, visto que, mesmo possuindo recursos, não realizou os investimentos necessários no setor. Enquanto isso, Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, afirmou que não mais ocorreriam “apagões aéreos” no mês de julho, visto que os controladores estariam empenhados no trabalho e não se mobilizariam em novas paralisações, receosos de uma possível punição por parte da Justiça Militar. O *Estado de S. Paulo* informou que, na opinião do coronel Carlos Vuyk de Aquino, ex-comandante do Cindacta-1, seria prematuro dizer que a crise estaria por completo superada. Porém, o coronel sublinha que com a modernização dos equipamentos nos centros de controle aéreo, como a

aquisição de radares mais modernos em substituição aos que operavam anteriormente, voar no país seria indubitavelmente seguro. Outro fato que pode melhorar a situação do controle aéreo em Brasília é a admissão de 15 novos controladores militares; além disso, até o final deste ano serão incorporados mais 25 profissionais, que nessa função terão a possibilidade de ascender até a patente de tenente coronel. A Aeronáutica pretende tornar o sistema de tráfego aéreo mais “militarizado”, por entender que a crise deu-se em virtude também da desobediência hierárquica nas áreas de atuação do setor. Dessa maneira, a Força Aérea aumentaria os soldos e gratificações dos controladores pela via da carreira profissional, não havendo a obrigação de conferir uma medida provisória exclusiva no sentido de estabelecer um plano de carreira específico em detrimento dos sargentos da categoria; o que também não cria desavenças com as outras Forças por não instituir um projeto de plano de carreira, o qual abriria brechas para outros setores. No dia 04/07/07 foi aprovado o relatório parcial da CPI do Apagão Aéreo do Senado, que aponta como algumas das causas da crise aérea o Ministério da Defesa, a deficiência técnica de equipamentos, a falta de recursos, a subestimação do crescimento do tráfego aéreo e a autorização de linhas aéreas acima da capacidade da infra-estrutura aeronáutica do país. O texto, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, ainda afirma que "o ministério cumpre 'um papel meramente decorativo', com 'atuação insignificante' e cometeu 'falhas' que foram responsáveis pelos transtornos nos aeroportos". Segundo a CPI do Senado, o trabalho dos controladores foi sobrecarregado devido às dificuldades de gerenciamento e à incapacidade do Ministério da Defesa de fazer frente à crise. A CPI do Apagão Aéreo da Câmara também apresentou sugestões de resolução dos problemas do setor, mas o Senado foca sua análise no trabalho dos controladores de vôo, afirmando que eles deveriam receber maior assistência da Aeronáutica, contar com melhores equipamentos e ter uma solução rápida quanto aos salários. O comando da Aeronáutica, a Anac e a Infraero participaram de uma nova reunião no dia 04/07/07 a fim de tomar medidas para solucionar a crise do setor, mas a proposta da Aeronáutica e da Infraero de redução dos vôos nos horários de pico enfrentou oposição da Anac e, além disso, não houve proposta de consenso. Outro problema enfrentado pelo Ministério da Defesa é a possibilidade de funcionários da Infraero entrarem em greve devido a reivindicações de reajuste salarial que não foram atendidas. De acordo com o jornal *O Globo*, o ministro da Defesa, Waldir Pires, apóia o aumento de seis por cento no salário dos funcionários, mas a proposta ainda necessita do aval do Ministério do Planejamento. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/07/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/07/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 03/07/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/07/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/07/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/07/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/07/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/07/07; Jornal do Brasil – País – 01/07/07; Jornal do Brasil – País – 03/07/07; Jornal do Brasil – País – 06/07/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/07/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/07/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/07/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/07/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/07/07; O Globo – Economia – 30/06/07; O Globo – O País – 01/07/07; O Globo – Economia – 04/07/07; O Globo – Economia – 05/07/07; O Globo – Economia – 06/07/07).

4 – FAB prepara lançamento de foguete brasileiro

De acordo com jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou os preparativos para a missão Cumã II, que consiste na primeira tentativa de lançamento do foguete VSB-30, no dia 11/07/07, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado no estado do Maranhão. O VSB-30 é um foguete de sondagem projetado pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), de São José dos Campos, a partir de outro veículo espacial brasileiro, o VS-30. Trata-se do quarto lançamento do modelo; os anteriores ocorreram em novembro de 2004, no próprio CLA, em dezembro de 2005 e em maio de 2005, a partir de bases na Europa. O projeto, que obteve sucesso anteriormente, visa a realização de experimentos, integrantes do Programa de Microgravidade da Agência Espacial Brasileira. Para acompanhar o lançamento 71 técnicos e engenheiros do Instituto Aéreo Espacial e da Agência Espacial Alemã (DLR-Moraba) – responsáveis pela plataforma suborbital que vai alocar os experimentos – pesquisadores de 13 universidades brasileiras, além de militares do Centro de Lançamento de Barreira do Inferno (CLBI), em Natal, que monitorarão por radar a operação foram deslocados para a base. Também foi deslocado para o CLA, o 2º Esquadrão do 8º Grupo de Aviação da FAB, equipado com o helicóptero Super Puma, que será usado para reaver a carga útil com os experimentos e como aeronave de evacuação. Além disso, peças para a montagem do foguete estão sendo transportadas de São José dos Campos para Alcântara por meio de um cargueiro Lockheed C-130H Hércules da FAB. (*O Estado de S. Paulo – Vida& - 30/06/07*).

5 – Governo de São Paulo proíbe venda de fardas

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou um projeto de lei que proíbe a venda de fardas, distintivos, coletes e outros acessórios das Forças Armadas, das Polícias Federal, Civil e Militar, bem como de outros cargos de segurança à população civil. A fiscalização, de acordo com a lei – que ainda precisa ser sancionada – ficaria a cargo da Secretaria de Segurança. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole - 30/06/07*)

6- Pesquisador afirma que Estados Unidos planejaram ajudar a instauração do regime ditatorial brasileiro em 1964

O jornal *O Globo* veiculou que, por meio de documentos descobertos pelo historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico, ficou comprovado que os Estados Unidos planejaram intervir no Brasil caso o governo de João Goulart resistisse às forças que objetivavam a sua queda. O historiador pôde constatar que, além disso, os EUA ofereceram ajuda militar a opositores políticos de Goulart, como se evidenciou no documento intitulado “Um plano de contingência para o Brasil”, cuja elaboração teve participação do ex-embaixador norte-americano Lincoln Gordon, que trabalhou no país durante o período turbulento do início dos anos 60. A atuação dos EUA na derrubada do governo brasileiro se daria com a chamada Operação Brother Sam, que consistia numa força-tarefa equipada por um porta-aviões, seis destróieres e o

desembarque de 110 toneladas de munição no porto brasileiro de Santos, litoral do estado de São Paulo. A divulgação dos documentos legitima o pedido de indenização por danos morais e materiais pela viúva de João Goulart e seus filhos, na ordem de R\$ 3,4 bilhões. Os documentos, outrora secretos, denunciaram a entrega de armas clandestinas pelos americanos às forças partidárias de Castello Branco em São Paulo. Além das armas, Lincoln Gordon requisitou o envio de uma força-tarefa naval e um porta-aviões para causar efeito maior. No mesmo dia em que seu pedido foi aceito, o golpe militar foi deflagrado. (O Globo – O País – 01/07/07; O Globo – O País – 03/07/07).

7- Jornal espera iniciativa brasileira diante da desestabilização do equilíbrio militar regional por parte de Hugo Chávez

O editorial do *Jornal do Brasil* enfocou a questão das implicações do posicionamento do presidente venezuelano Hugo Chávez no entorno militar sul-americano. Para o jornal, cada Estado possui o direito soberano de se organizar de forma a manter a integridade dos seus limites fronteiriços. Assim, as Forças Armadas apareceriam como essenciais para garantir tanto o patrimônio como a segurança nacional, e não seria o ambiente regional pacífico que eliminaria tal obrigação. Contudo, entende-se que a postura venezuelana em relação à compra desenfreada de armamentos junto à Rússia, justificada como resposta a uma eventual ação agressiva por parte dos EUA, estaria desestabilizando o equilíbrio regional. Mais que afirmar haver uma desproporção entre o armamentismo venezuelano condicionado a uma agressão norte-americana, o jornal assevera que as ambições de Hugo Chávez estariam ligadas à vontade de supressão das liberdades e a um fascínio por uma poderosa máquina militar. Resultado disso, o equilíbrio militar sul-americano estaria ruindo. O jornal concluiu então que seria necessário que países sul-americanos de vocação pacífica, principalmente o Brasil por sua liderança regional, adotassem uma postura firme no sentido de frear a aventura belicista da Venezuela. (Jornal do Brasil – Editorial – 01/07/07).

8- Exército enfrenta protestos contra as obras de transposição do Rio São Francisco

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* informaram que a Fazenda Tucutu, no sertão de Pernambuco, local onde o Exército iniciou as obras de transposição do Rio São Francisco e a qual foi invadida no dia 26/06/07, foi desocupada pelos manifestantes, que cumpriram ordem judicial de desocupação, no dia 04/07/07. Soldados e policiais acompanharam a saída, considerada pacífica e precedida por uma reunião entre os movimentos contrários à obra, índios, policiais e soldados. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, após a desocupação, um grupo de cerca de 150 índios da tribo truká, reivindicando a posse da área na qual ocorrem as obras de transposição, promoveu uma marcha na rodovia próxima ao local e criou um clima tenso ao passar pelo posto de combustíveis desativado que é utilizado como base do Exército na região. Apesar das ameaças de ataques por parte dos indígenas, o conflito foi evitado pelos soldados, munidos de metralhadoras e fuzis. O comando local do Exército afirmou que as obras da área – que faz parte do Eixo Norte da transposição – devem ser retomadas ainda no dia 05/07/07 após

uma vistoria. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/07/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/07/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).